

Deficiência e Cidadania: o papel do movimento de pessoas com deficiência em Portugal

Fernando Fontes

Universidade de Leeds, UK

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, PT

Introdução

A acção colectiva é um importante catalisador de mudança social (McAdam, McCarthy e Zald, 1988; Tarrow, 1994). Dentro desta categoria mais ampla, na qual se enquadram outros fenómenos sociais como grupos de interesse, multidões, motins, gangs, revoluções ou qualquer outra actividade direccionada desenvolvida em conjunto por dois ou mais indivíduos (Snow *et al.*, 2004), destacar-se o papel dos movimentos sociais enquanto elemento de transformação e barómetro das actuais democracias. No âmbito deste artigo, a análise incide sobre o caso específico do movimento de pessoas com deficiência em Portugal.

A investigação levada a cabo em países com o Reino Unido e os Estados Unidos em torno do movimento de pessoas com deficiência (Driedger, 1989; Campbell e Oliver, 1996) tem demonstrado a importância deste movimento social na alteração das vidas das pessoas com deficiência e no questionar da exclusão e opressão social a que as suas vidas têm sido votadas. A este nível, Portugal não é excepção. A nossa história recente demonstra a centralidade da participação deste grupo social na definição do seu futuro e no alargamento da noção de cidadania. De facto, tal como o caso português revela muito claramente, a noção de cidadania evoluiu de uma concepção marcadamente excludente em termos de género, classe social, situação face ao trabalho, orientação sexual e deficiência, entre outras, para uma noção mais inclusiva que contempla uma maior variedade de pessoas, incluindo mulheres, crianças e pessoas com deficiência entre outros grupos anteriormente excluídos. A noção de cidadania apresenta-se assim como um conceito dinâmico, na acepção de Hoffman (2004), isto é, como um conceito inerente à condição humana e capaz de se adaptar e se desenvolver de acordo com as diferentes necessidades e tempos. Do outro lado do espectro encontra-se aquilo que o autor designa por conceitos estáticos, isto é, que não podem ser reconstruídos por serem intrinsecamente repressivos e excludentes (cf. Hoffman, 2004: 134). Entre estes incluem-se noções como Estado, patriarcado, sexismo, homofobia e violência.

Tendo por base a investigação desenvolvida no âmbito de um doutoramento em Estudos de Deficiência¹, este artigo apresenta um breve historial do desenvolvimento do movimento de

¹ Esta comunicação integra-se no âmbito da minha pesquisa de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. N.º SFRH / BD / 27653 / 2006).

peças com deficiência em Portugal e suas principais características, seguindo-se uma reflexão acerca dos seus impactos nas vidas das pessoas com deficiência. A terminar sugere-se uma proposta teórica que constitui um desafio e uma oportunidade não só para o movimento, mas também a nível individual.

1. A construção de um movimento

De um simples mecanismo para resolver a crise no relacionamento entre os indivíduos e o Estado (Oliver, 1996), a noção de cidadania tem-se vindo a afirmar como um aspecto central nessa relação. Para tal muito contribuiu o aumento e diversificação do conflito social, a partir dos anos 1960, e a exigência de uma maior participação dos cidadãos nas actividades do Estado (Turner, 1986) por parte de novos movimentos sociais que obrigaram a uma expansão da noção de cidadania. Partindo de um modelo tripartido de cidadania tal como sugerido por Marshall (1950, 1963) – onde se inclui uma cidadania civil, política e social –, os novos movimentos sociais têm afirmado e exigido novas formas de cidadania que englobam cidadania sexual ou íntima (Phelan, 2001; Plummer, 2003; Richardson, 2000) ou cidadania ecológica (Dobson, 2003, 2005, 2006; Smith, 2005), entre outras. Tal como Phelan sugere, “a cidadania enquanto categoria parece abrir-se sob a pressão de desejos múltiplos de identificação com as suas promessas” (2001: 13).

Entre os novos movimentos sociais, conta-se o movimento de pessoas com deficiência. O movimento de pessoas com deficiência emerge na grande maioria dos países ocidentais no final dos anos 1960 e durante a década de 1970 (Driedger, 1989). Para tal, as pessoas com deficiência uniram-se na formação de organizações denunciando a exclusão e opressão de que são vítimas por parte do Estado e da sociedade e reivindicando direitos de cidadania. Na verdade, as pessoas com deficiência têm sido alvo de discriminação em diferentes áreas das suas vidas por parte do sistema educativo, por parte dos serviços de segurança social, por parte do mercado de trabalho, por parte do ambiente físico construído, etc., levando a uma redução efectiva dos seus direitos de cidadania (Barnes, 1991, 1992; Barnes *et al*, 2000).

No caso português, as primeiras organizações de pessoas com deficiência datam dos anos 1920 e 1930.² Estas organizações, criadas por cegos e por surdos e centradas numa única incapacidade, não constituíam todavia um movimento social. A articulação entre os diferentes colectivos era extremamente reduzida, havendo mesmo rivalidade entre organizações, e a sua acção pautava-se pelo não envolvimento político (Oliva, 2001). Funcionando como grupos desportivos e/ou espaços de convívio para cegos e surdos fora da esfera pública, estas iniciativas decorriam de uma filosofia dominante centrada na caridade.

² Exemplos destas primeiras organizações são: a Associação Luís Braille criada em 1927, o Grupo Recreativo de Surdos-Mudos do Porto formado em 1934 e o Grupo ‘Os Surdos’ fundado em Lisboa em 1936. Outros grupos se lhes seguiram nas décadas de 1940 e 1950, nomeadamente o Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa criado em 1945, bem como um seu congénere criado no Porto em 1951, a Liga de Cegos João de Deus criada em 1952, a Associação de Cegos do Norte de Portugal fundada em 1958 e a Associação Portuguesa de Surdos criada neste mesmo ano (ELO, 1986; Oliva, 2001; Carvalho, 2007).

Acresce ainda que muitas destas organizações foram lideradas por pessoas sem deficiência até 1974.

A guerra colonial e o regresso a Portugal de um grande número de jovens com incapacidades decorrentes do conflito abriram caminho para um novo entendimento da deficiência em Portugal (Fontes, 2008).

Em 1972, em resultado da discussão de uma lei sobre reabilitação e integração de pessoas com deficiência, é criada em Portugal a primeira organização de pessoas com deficiência que abrange todos os tipos de incapacidades – a Associação Portuguesa de Deficientes (APD). Esta organização foi responsável pela organização do primeiro Encontro de Deficientes (1978) e do primeiro Congresso Nacional de Deficientes (1980) (APD, 1997).

O final da ditadura permitiu efectivamente a transformação da deficiência numa questão política e a emergência de novas vozes reivindicativas. A primeira organização a surgir foi a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) em Maio de 1974 (ADFA, 1994, 1999), seguida da Comissão Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho que dará lugar em 1976 à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST).

Este puzzle completar-se-á ao longo das décadas de 1980 e 1990. Primeiro, com a formação da primeira plataforma de associações *de e para* pessoas com deficiência – a Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (CCNOD), actual CNOD (APD, 1997). E, posteriormente, com a unificação das diferentes associações de cegos em 1989 numa única organização – a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) (ACAPO, 2009) –, bem como a criação de múltiplas organizações de surdos durante os anos 1990 e a formação da Federação Portuguesa das Organizações de Surdos em 1993 (Carvalho, 2007).

É, pois, este grupo de organizações lideradas por pessoas com deficiência na defesa dos seus direitos que constitui o Movimento de Pessoas com Deficiência em Portugal, tal como o entendo no âmbito deste artigo.

2. Características e impactos socioculturais do movimento

O movimento de pessoas com deficiência em Portugal, pelos condicionalismos históricos, económicos e culturais, desenvolveu um conjunto de características que o distinguem de outros movimentos congéneres a nível internacional. A manutenção de um longo regime ditatorial sem quaisquer preocupações de índole social (Maia, 1997), onde a liberdade de expressão e associação eram cerceadas, associada à prevalência de uma moral judaico-cristã e à ausência de um Estado-Providência forte (Santos, 1999; Hespanha, 2001) colocou as pessoas com deficiência, não só, numa situação de exclusão social, mas também, numa difícil situação económica, por vezes abaixo do limiar de pobreza (Hespanha, 2001). O movimento português de pessoas com deficiência, constituído por organizações de pessoas com

deficiência, deve assim ser lido à luz da realidade social das pessoas com deficiência e das características da própria sociedade portuguesa. Uma análise necessariamente sucinta do movimento permite identificar um conjunto de características que analiso de seguida.

Em primeiro lugar, é de assinalar a ausência de uma identidade colectiva entre as pessoas com deficiência em Portugal. Contrariamente ao caso inglês, onde a existência de grandes unidades residenciais para pessoas com deficiência permitiu desde os anos 1960 a criação deste espírito colectivo unindo posteriormente as organizações sob uma mesma plataforma (Campbell e Oliver, 1996; Barnes *et al.*, 2000), em Portugal o regime ditatorial e o reduzido número de pessoas em unidades residenciais impediu a formação desta solidariedade que surgirá apenas entre os Deficientes das Forças Armadas precisamente em resultado da sua experiência colectiva. A diferença entre os casos português e inglês reside, todavia, no facto de a ADFA nunca ter conseguido liderar o movimento tal como acontece em Inglaterra com a Union of Physical Impaired Against Segregation (UPIAS). Acresce ainda que o projecto político da ADFA é porventura menos ambicioso e revolucionário que o projecto político da UPIAS.

Em segundo lugar, e decorrente da característica anterior, assinala-se a inexistência de unidade no próprio movimento. A ausência de uma identidade colectiva em articulação com a fraca politização da questão da deficiência inibiu a criação desta unidade necessária à acção do movimento, amplificando, pelo contrário, processos de diferenciação dentro do próprio movimento. Na verdade, desde a sua génese, o movimento de pessoas com deficiência em Portugal padece de uma fragmentação crónica, nunca conseguindo construir uma identidade colectiva que ultrapassasse as especificidades das incapacidades de cada pessoa, as narrativas biográficas ou as filiações institucionais.

Como é já antecipável, uma terceira característica é a ancoragem teórica e política da maioria das organizações de pessoas com deficiência no modelo médico de deficiência e a sua ênfase na reabilitação e benefícios sociais para compensar as 'falhas' corporais. Mesmo nos casos em que há alguma articulação com o modelo social da deficiência, isto não significa uma alteração das suas concepções de deficiência, mas apenas a coexistência de ambas as filosofias. Esta falta de ancoragem política deixou o movimento à deriva, impedindo a emergência de uma identidade colectiva e fazendo com que a agenda do movimento acabasse cooptada pela agenda do próprio governo em matérias de deficiência.

Em quarto lugar, verifica-se a centralidade do corpo e da incapacidade como discursos dominantes no movimento de pessoas com deficiência português. Contrariamente ao que sucedeu noutros países, em que o movimento recentrou a questão da incapacidade e da discriminação na própria sociedade, para o movimento em Portugal a corporalidade e a incapacidade são centrais nos processos de construção da identidade individual (Martins, 2006, 2008) bem como no argumentário reivindicativo das organizações.

Por fim, a quinta e última característica do movimento português que importa realçar é o seu investimento em reivindicações de 'primeira necessidade', ou seja, centradas em direitos

básicos, essenciais à obtenção de um patamar mínimo de cidadania, tais como o acesso à reabilitação. Menos comuns são as reivindicações em torno de questões políticas e sociais.³ Refira-se ainda, a este propósito, um défice neste movimento ao nível de preocupações transversais (Portugal *et al*, 2010) e interseccionais, permanecendo em grande medida arredado do cruzamento com temas como género, reprodução e orientação sexual, entre outros (Pinto, 2008a; 2008b; Santos, 2010).

Como a análise também permite demonstrar, o impacto deste conjunto de características resultantes dos próprios condicionalismos culturais e sociopolíticos do movimento é inegável, não só nas estratégias e linhas de prioridade, como também nos resultados da luta travada pelo movimento de pessoas com deficiência em Portugal. Não quero com isto dizer que a acção do movimento tenha sido estéril; muito pelo contrário, o movimento de pessoas com deficiência foi até recentemente o grande motor de transformação social, política e cultural na área da deficiência em Portugal. O impacto destas características assinala-se sobretudo ao nível da filosofia de base e influência da orientação política das mudanças levados a cabo.

A nível cultural, por exemplo, a emergência do movimento deu início a uma revolução com impactos consideráveis na vida das pessoas com deficiência. Contrariamente ao que aconteceu noutras latitudes, a revolução cultural encetada não se baseou, todavia, num questionamento da ordem social vigente ou num desafio face às concepções de deficiência vigentes, mas sim num questionamento do papel atribuído às pessoas com deficiência dentro dessa ordem pré-estabelecida, de modo a que esta possa acomodar também as pessoas com deficiência. O movimento construiu aquilo que apelido de 'contra-narrativa da deficiência' (Fontes, 2011) que procurava difundir a ideia da pessoa com deficiência enquanto sujeito activo e autónomo, capaz de transpor a sua corporalidade através da reabilitação e do trabalho. Esta é, todavia, uma revolução inacabada. O trabalho desenvolvido nos anos 1970 não teve continuação nas décadas seguintes, à medida que o movimento se enredou naquilo que desigmo por uma estratégia política convencional. No final dos anos 1980, início da década de 1990, assistiu-se a uma nova revolução cultural através da incorporação da linguagem dos direitos humanos das discussões sobre deficiência em Portugal (sobretudo a Associação Portuguesa de Deficientes). Esta segunda revolução cultural apresenta, contudo, uma feição diferente da revolução nos anos 1970, dado não se basear no questionamento do papel atribuído às pessoas com deficiência na sociedade portuguesa, nem tão pouco na politização da questão da deficiência, mas sim num alerta para os direitos das pessoas com deficiência e na denúncia da violação destes mesmos direitos. Esta é em grande medida uma revolução de baixo impacto nas vidas das pessoas com deficiência e incapaz de questionar o papel destas pessoas na sociedade portuguesa. É meu argumento, portanto, que apenas a incorporação do modelo social da deficiência na linguagem dos direitos humanos poderia produzir uma revolução cultural significativa na vida das pessoas com deficiência em Portugal. De facto, o carácter inacabado desta revolução cultural iniciada pelo movimento de pessoas com

³ Um exemplo deste tipo de reivindicação é a demanda pelo acesso à reabilitação que tem acompanhado a história do movimento desde a sua emergência até aos nossos dias.

deficiência em Portugal tem sido responsável pela sua dispersão política, pela falta de consenso ao nível da abordagem das questões da deficiência e pelo envio de mensagens contraditórias aos órgãos de decisão.

A nível social, uma análise mais aprofundada demonstra que este progresso é apenas verificável quando comparamos a situação das pessoas antes e após o restabelecimento da democracia. Acresce que este progresso se cinge à área dos benefícios sociais. Com efeito, nesta área os avanços são inegáveis, tendo-se passado de uma quase total ausência de apoio social para um período de apoio por parte do Estado-Providência. Ainda assim, desde os anos 1980 as mudanças reais nas vidas das pessoas com deficiência em Portugal têm sido mínimas: os benefícios sociais são insuficientes para elevar a vida das pessoas com deficiência acima da linha de pobreza; os problemas no acesso ao emprego mantêm-se; e permanece a insidiosa exclusão de um sistema de ensino que não considera as suas necessidades e de um mercado de trabalho que exclui a diferença (Portugal *et al*, 2010). A título de exemplo, recorde-se que, de acordo com os censos de 2001, a taxa de actividade das pessoas com deficiência com quinze ou mais anos se cifrava nos 29% comparativamente a uma taxa de 52,6% para a população portuguesa em geral (Gonçalves, 2003: 80). Acresce que, na área da educação, 37% das pessoas com deficiência não possuem qualquer nível formal de educação, cifrando-se este valor para a população portuguesa em geral nos 26,4% (Gonçalves, 2003: 78).

As políticas sociais na área da deficiência têm sido, portanto, políticas de baixo impacto, caracterizando-se pela sua incapacidade para mudar a vida das pessoas com deficiência. A manutenção desta situação de exclusão e opressão das pessoas com deficiência em Portugal é alimentada, não só, pelo baixo nível de apoio pecuniário e de serviços oferecidos (Fontes, 2009, 2011; Gough, 1996; Santos, 1999; Hespanha, 2001), como também pela filosofia de base estruturante destas mesmas políticas (Fontes, 2009, 2011).

Uma análise das políticas sociais na área da deficiência demonstra que as políticas desenvolvidas estão ancoradas numa perspectiva baseada em necessidades, e não em direitos⁴, e que as políticas se têm centrado na compensação e na prestação de cuidados e menos em direitos de cidadania (Fontes, 2009, 2011). Assim, os serviços e subsídios disponíveis não são construídos enquanto direitos decorrentes do estatuto de deficiência numa sociedade deficientizadora, mas sim enquanto rede de segurança que capta as pessoas com deficiência de acordo com critérios de necessidade. Acresce ainda que o objectivo da maioria destas políticas não é conferir direitos de cidadania às pessoas com deficiência, mas sim compensar e cuidar daqueles que se incapacitaram na guerra, no trabalho, ou daqueles que nasceram com uma qualquer incapacidade e as suas famílias. Esta lógica de compensação é levada a cabo através de pensões de guerra, subsídios por deficiência, isenções fiscais e serviços médicos e de reabilitação ou através da criação de serviços direccionados unicamente

⁴ Para uma abordagem baseada em direitos noutros contextos geográficos ver, entre outros exemplos, Clarke e Langan, 1998; Borsay, 2005.

para pessoas com deficiência, como centros de actividades, lares residenciais, trabalho protegido, educação especial, entre outros. Escusado será dizer que todos estes serviços e benefícios se baseiam num modelo individual e médico de deficiência, visando responder às necessidades mais básicas das pessoas com deficiência, compensando-as pelas suas incapacidades e procurando adaptá-las ao ambiente físico e social existente, ao invés de lhes conferir direitos de cidadania e criar um ambiente físico e social inclusivo.

Em Portugal, políticas sociais baseadas na ideia de cidadania das pessoas com deficiência são uma realidade ainda muito recente, visível apenas a partir dos anos 2000 com a aprovação de documentos como a Lei Anti-discriminação das pessoas com deficiência (Lei 46/2006, 28/08/2006) ou o 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (Resolução do Conselho de Ministros 120/2006, 21/09/2006). O impacto destas medidas na vida das pessoas com deficiência tem sido também muito reduzido. Isto mesmo pode ser confirmado no que respeita à legislação anti-discriminação, como os relatórios sobre práticas e actos discriminatórios em razão da deficiência ou do risco agravado de saúde produzidos anualmente pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR) revelam. Assim, por exemplo, em 2008 foram apresentadas 74 queixas, 67 das quais já tinham sido arquivadas à altura da produção do relatório sem que houvesse lugar a qualquer punição das alegadas práticas discriminatórias (INR, 2009: 12; Público, 2009) e em 2009 foram apresentadas 47 queixas, 37 das quais foram arquivadas sem que dessem origem a qualquer processo, três foram encaminhadas para outros serviços e sete ainda se encontravam em análise (INR, 2010: 12).

3. A urgência do modelo social em Portugal

A terminar, gostaria de reflectir sobre aquilo que parece ser mais premente ao nível do tratamento dado às questões de deficiência em Portugal. Referi anteriormente a relação entre deficiência e exclusão socioeconómica. Enfatizar esta ligação não significa, no entanto, afirmar que a primeira é a causa e a segunda é o resultado. As situações de pobreza e invisibilidade social vivenciadas pelas pessoas com deficiência não são o resultado da sua deficiência, resultando sim da forma como a deficiência é construída socialmente e das barreiras físicas e psicológicas (preconceitos e ideias preconcebidas) levantadas em torno da deficiência (UPIAS, 1976).

Esta ideia da deficiência enquanto construção social e enquanto sinónimo de opressão por parte de uma sociedade deficientizadora é o resultado do desenvolvimento do movimento das pessoas com deficiência a partir da década de 1970 e da disseminação do modelo social da deficiência a nível internacional (Barnes, 2000; Campbell e Oliver, 1996).

Até aos anos 1970 a vida das pessoas com deficiência era dominada por um modelo médico e individual centrado nas ideias de 'anormalidade', diferença e de incapacidade, e perspectivando as barreiras e limitações enfrentadas pelas pessoas como resultado directo da

sua deficiência. Como resultado, as pessoas com deficiência eram convertidas em seres humanos 'não-válidos', dependentes e passivos, para os quais a única solução seria a sua adaptação a uma sociedade e a um ambiente deficientizadores. Esta tarefa só era possível através de uma intervenção médica ou reabilitativa capaz da sua cura ou adaptação física.

A implementação deste modelo médico/individual de deficiência teve e continua a ter enormes consequências nas políticas sociais produzidas e na vida das pessoas com deficiência. Em primeiro lugar, ao definir deficiência como uma questão médica, este modelo pressupõe a existência de uma correspondente solução médica. Esta solução só poderá, no entanto, ser dada por especialistas e profissionais, que desta forma adquirem um monopólio da vida das pessoas com deficiência e o papel principal na definição das suas necessidades reais ou imputadas (Barnes, Mercer e Shakespeare, 2000). As pessoas com deficiência são assim colocadas numa relação assimétrica de poder com estes profissionais e numa situação de dependência, na qual surgem como elementos passivos face às suas próprias vidas e à solução dos seus problemas. Em segundo lugar, esta medicalização, ao manter a deficiência como uma questão individual, impede a sua politização e a sua afirmação como uma forma de opressão social.

Em oposição a este modelo médico ou individual de deficiência, emergiu a partir da década de 1970 uma nova visão proposta pelas pessoas com deficiência e pelas suas organizações – aquilo que viria mais tarde a ser designado por modelo social. A ideia base deste novo modelo é a separação entre a noção de deficiência (*disability*) e a noção de incapacidade (*impairment*) (Oliver, 1990; Barnes, 2000). Assim, deficiência deve ser entendida como o fenómeno socialmente produzido de exclusão e opressão das pessoas com deficiência, enquanto incapacidade se reporta aos aspectos biológicos e físicos das incapacidades de cada pessoa. Através desta distinção entre deficiência e incapacidade o modelo social conseguiu recentrar na sociedade, nos seus valores, instituições e ideologias a responsabilidade pela contínua exclusão das pessoas com deficiência. Como um dos grandes teóricos do modelo social, Mike Oliver, refere num dos seus livros: “a deficiência não tem nada a ver com o corpo, mas tudo a ver com a sociedade” (Oliver, 1996: 35). Portanto, a deficiência não é criada pela incapacidade mas sim pela sociedade que deficientiza as pessoas com incapacidades. Este modelo apresenta ainda a vantagem de transformar a questão da deficiência de um problema médico e individual, num problema social e numa questão política (Oliver, 1990).

Em Portugal, o impacto político do modelo social da deficiência tem sido nulo ou limitado nas mais diversas esferas, bem como limitada tem sido a sua utilização por parte do movimento de pessoas com deficiência. A minha proposta vai pois no sentido da introdução e consolidação do modelo social da deficiência a nível nacional, não só como instrumento reivindicativo por parte do movimento social, mas também como filosofia de intervenção e acção por parte dos responsáveis políticos, profissionais e académicos.⁵ Urge, portanto,

⁵ É precisamente neste sentido que temos vindo a desenvolver, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o projecto “Da lesão vértebro-medular à inclusão social: a deficiência enquanto desafio pessoal e

promover um entendimento da deficiência através de uma lente social, que responsabilize a sociedade e não o indivíduo e que produza consequências reais na vida das pessoas com deficiência de modo a que todos tenhamos direito a uma igualdade real e não apenas formal. Pelas provas dadas noutros contextos, apenas o modelo social da deficiência poderá operar esta revolução.

Referências:

- ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal. 2009. Historial da ACAPO. Disponível em: <http://www.acapo.pt/acapo.asp?op=historial> [consultado em 10/2/ 2009].
- ADFA 1994. *Associação dos Deficientes das Forças Armadas 20 Anos*. Lisboa: ADFA.
- ADFA. 1999. *25 anos: 1974 – 1999*. Lisboa: ADFA.
- APD. 1997. *25 anos – Contra a Discriminação, Pela Igualdade de Direitos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Deficientes.
- Barnes, C. 1991. *Disabled People in Britain and Discrimination – A Case for Anti-Discrimination Legislation*. London: Hurst & Company in association with the BCODP.
- Barnes, C. 1992. Institutional discrimination against disabled people and the campaign for anti-discrimination legislation. *Critical Social Policy*, 34 (12:1), 5-22.
- Barnes, C. 2000. The Social Model of Disability: A Sociological Phenomenon Ignored by sociologists?. In: T. Shakespeare (org.), *The Disability Reader – Social Science Perspectives*. London: Continuum, 65–78.
- Barnes, C., Mercer, G. e Shakespeare, T. 2000. *Exploring Disability – A Sociological Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Borsay, A. 2005. *Disability and social policy in Britain since 1750: a history of exclusion*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Campbell, J. e Oliver, M. 1996. *Disability Politics – Understanding our past, changing our future*. London: Routledge.
- Carvalho, P. V. 2007. *Breve História dos Surdos em Portugal*. Lisboa: Surd' Universo.
- Clarke, J.; Langan, M. 1998. The Contested Concept of Need. In: M. Langan, ed. *Welfare: Needs, Rights and Risks*. London: Routledge, 3-34.
- Dobson, A. 2003. *Citizenship and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.
- Dobson, A. 2005. Citizenship. In: A. Dobson e R. Eckersley (orgs), *Political Theory and the Ecological Challenge*. Cambridge: Cambridge University Press, 481-561.

sociopolítico”, financiado pela FCT (referência número FCOMP-01-0124-FEDER-009269). Mais informações disponíveis em <http://www.ces.uc.pt/les.medular/pages/pt/projecto.php>.

- Dobson, A. 2006. Ecological citizenship: A defence. In: *Environmental Politics*, 15(3), 447-451.
- Driedger, D. 1989. *The Last Civil Rights Movement – Disabled Peoples' International*. London: Hurst & Company.
- ELO. 1986. A Associação Portuguesa de Surdos. In: *ELO das Forças Armadas*, nº. 142, Abril de 1986, p. 8.
- Fontes, F. 2008. Early and current approaches to disability in Portugal: a brief overview. In: T. Campbell *et al* (orgs.), *Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives*. Leeds: The Disability Press, 77-92.
- Fontes, F. 2009. Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73-93.
- Fontes, F. 2011. *Social Citizenship and Collective Action: The case of the Portuguese Disabled People's Movement*. Tese de Doutoramento, University of Leeds.
- Gonçalves, C. 2003. Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 33, 69-94. [Consultado em 15/5/2009] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=378572&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2
- Gough, I. 1996. Social Assistance in Southern Europe. *South European Society & Politics*, 1 (1), 1-23.
- Hespanha, P. 2001. Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: B. S. Santos, ed. *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 163 – 196.
- Hoffman, J. 2004. *Citizenship beyond the state*. London: Sage Publications.
- INR. 2009. Relatório Anual sobre a Prática de Actos Discriminatórios em Razão da Deficiência e do Risco Agravado de Saúde - Aplicabilidade da Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto [2008]. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação.
- INR. 2010. Relatório Anual sobre a Prática de Actos Discriminatórios em Razão da Deficiência e do Risco Agravado de Saúde - Aplicabilidade da Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto [2008]. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação.
- Marshall, T. H. 1950. *Citizenship and Social Class, and Other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marshall, T. H. 1963. *Sociology at the Crossroads, and Other Essays*. London: Heinemann.
- Martins, B.S. 2006. *E Se Eu Fosse Cego?: Narrativas Silenciadas da Deficiência*. Porto: Afrontamento.

- Martins, B. S. 2008. The suffering body in the cultural representations of disability: The anguish of corporal transgression. In: T. Campbell *et al.* (orgs.), *Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives*. Leeds: The Disability Press, 93-107.
- McAdam, D., McCarthy, J. D., Zald, M. N. 1988. Social Movements. In: N. J. Smelser (org.), *Handbook of Sociology*. Beverly Hills: Sage, 695-737.
- Oliva, F. 2001. O Associativismo entre os cegos em Portugal. *Cadernos Gesta*. Ano I Nº 1 Julho 2001. Disponível em: <http://www.gesta.org/gesta01/artigo02.htm> [consultado em 10/1/2009].
- Oliver, M. 1990. *The Politics of Disablement*. London: MacMillan.
- Oliver, M. 1996. *Understanding Disability: From Theory to Practice*. London: Macmillan.
- Phelan, S. 2001. *Sexual Strangers – gays, lesbians, and dilemmas of citizenship*. Philadelphia: Temple University Press.
- Pinto, P. C. 2008a. Re-Constituting Care: A Rights-Based Approach to Disability, Motherhood, and the Dilemmas of Care. In: *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, 10 (1), 119-130.
- Pinto, P. C. 2008b. Women, disability, and the right to health. In: P. Armstrong & J. Deadman (orgs.), *Women's Health: Intersections of Policy, Research and Practice*. Toronto: Women's Press, 119-133.
- Plummer, K. 2003. *Intimate Citizenship: Private Discussions and Public Dialogues*. London: University of Washington Press.
- Portugal, S.; Martins, B.S.; Ramos, L. M.; Hespanha, P.; Alves, J.; Fidalgo, J. 2010. *Estudo de Avaliação do Impacto dos Custos Financeiros e Sociais da Deficiência*.
- Público, 2009. Apesar do avanço, ainda "há muita coisa por fazer" no que toca às acessibilidades - Queixas de deficientes decrescem 40 por cento em 2008 relativamente ao ano anterior. Disponível em http://www.publico.pt/Sociedade/queixas-de-deficientes-decrescem-40-por-cento-em-2008-relativamente-ao-ano-anterior_1412395 [consultado em 20/09/2010].
- Richardson, D. 2000. Constructing sexual citizenship: theorizing sexual rights. In: *Critical Social Policy*, 20(2), 105-135.
- Santos, A.C. 2010. Portugal. In: S. Roseneil *et al* (orgs.), *Changing Cultural Discourses about Intimate Life: The Demands and Actions of Women's Movements and Other Movements for Gender and Sexual Equality and Change*, Working paper n. 2. Disponível em http://www.femcit.org/files/WP6_WorkingpaperNo2 [consultado em 02/02/2011], 184-287.
- Santos, B. S. 1999. The Welfare State in Portugal: Between Conflicting *Globalizations*. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, nº 140, Maio 1999.

- Smith, G. 2005. Green citizenship and the social economy. In: *Environmental Politics*, 14(2), 273-289.
- Snow, D. A., Soule, S. A., Kriesi, H. 2004. Mapping the Terrain. In: D. A. Snow, S. A. Soule and H. Kriesi. Eds. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell, pp. 3-16.
- Tarrow, S. 1994. *Power in the Movement: Social Movements, Collective Action, and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, B.S. 1986. *Citizenship and Capitalism: The Debate over Reformism*. London: Allen & Unwin.
- UPIAS. 1976. *Fundamental Principles of Disability*. London: UPIAS.